

Associação Pinacoteca Arte e Cultura – APAC

CNPJ nº 96.290.846/0001-82



Demonstrações Financeiras

Balanco patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais		
Ativo/ Circulante	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	6.837	3.728
Recursos financeiros de projetos (Nota 5)	10.671	6.604
Contas a receber (Nota 7)	340	296
Estoques (Nota 8)	89	201
Outros créditos (Nota 10)	199	370
Despesas antecipadas	65	44
	18.201	11.243
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 9)	934	3.257
Outros créditos (Nota 10)		4
	934	3.261
Imobilizado (Nota 11)	1	471
Intangível (Nota 2.10)		21
	935	3.753
Total do ativo	19.136	14.996

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em MR\$					
	Patrimônio social	Fundo especial	Reserva para eventos futuros	Superávit (déficit) acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2011		596	1.000	369	1.965
Superávit do exercício				1.247	1.247
Apropriação do superávit	386	275	955	(1.616)	
Em 31 de dezembro de 2012	386	871	1.955		3.212
Transferência para recursos do contrato de gestão (Nota 15)			(1.955)	(1.955)	
Déficit do exercício				(254)	(254)
Apropriação do déficit	(254)			254	
Em 31 de dezembro de 2013	132	871			1.003

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 - Em MR\$, exceto quando indicado

1 Informações gerais - A Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC, também denominada Associação, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1992, regida por seu estatuto social de 29 de novembro de 2012 e pelas leis que lhe são aplicáveis, em especial a Lei Complementar no 846, de 4 de junho de 1998, e o Decreto Estadual no 43.493, de 29 de setembro de 1998. A Associação tem objetivos de natureza cultural consubstanciados na colaboração técnica, material e financeira que garanta a preservação e a conservação do acervo artístico e a divulgação da Pinacoteca do Estado ("Pinacoteca" ou "Museu"), como centro de referência de atividades e pesquisas de caráter cívico, educacional, artístico e cultural. Para cumprimento de seus objetivos, a Associação poderá, conforme definido pelo Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades: (a) Promover campanhas de esclarecimento à comunidade sobre a importância artístico-cultural do acervo da Pinacoteca do Estado, mobilizando a opinião pública para garantir sua conservação e proteção, bem como para participar de suas atividades. (b) Realizar, patrocinar e promover, em conjunto com a Pinacoteca do Estado, exposições, cursos, conferências, seminários, debates, congressos e encontros de diversas naturezas que garantam o acesso da população à cultura, educação e cidadania ou que propiciem o intercâmbio entre profissionais da arte, estudantes, entidades e Poder Público. (c) Promover o treinamento, capacitação profissional, formação continuada e especialização técnica de recursos humanos na área museológica e educativa, incentivando a formação artística e cultural. (d) Prestar serviços de apoio técnico através de acordos operacionais, ou outra forma de ajuste, com instituições públicas e privadas, tanto nacionais quanto internacionais, no campo da pesquisa e implantação de projetos culturais voltados para os objetivos da Associação. (e) Atuar junto aos poderes constituídos em âmbito federal, estadual e municipal, visando aperfeiçoar ou propor normas legais pertinentes à área artística-cultural. (f) Estabelecer ajustes com o Poder Público e iniciativa privada para aquisição de obras de arte e divulgação do patrimônio artístico cultural da Pinacoteca do Estado e da Associação. (g) Manter ou auxiliar na manutenção do acervo cultural decorrente de seus objetivos. (h) Firmar contratos, convênios, termos ou acordos com o Poder Público, em todos os níveis, ou com a iniciativa privada, para gestão e gerenciamento de equipamentos culturais e implantação e desenvolvimento de programas de governo na área da Educação e Cultura. (i) Gerir espaços para venda de produtos relacionados aos objetivos da Pinacoteca do Estado, bem como explorar café, bar ou restaurante e estacionamento, em área dentro ou fora de suas dependências, para atendimento dos frequentadores do museu e desde que os recursos gerados sejam utilizados nas atividades de suporte da Pinacoteca do Estado. A Associação possui como principais fontes de manutenção de suas atividades, o Contrato de Gestão junto à Secretaria de Estado da Cultura do Governo do Estado de São Paulo e os recursos provenientes dos projetos patrocinados pelas Leis de incentivo à cultura. (a) **Contrato de gestão** - A Associação firmou, em 22 de dezembro de 2008, com o Governo do Estado de São Paulo, Contrato de Gestão (Contrato 35/2008) pelo período de cinco anos, a partir de 1º de janeiro de 2009 e tendo vencimento previsto para 31 de dezembro de 2013. Durante o período do contrato, a Associação recebeu recursos financeiros destinados ao fomento e a operacionalização da gestão e execução, pela Associação, das atividades e serviços na área de museologia na Pinacoteca do Estado de São Paulo. Em dezembro de 2013, ocorreu a renovação do Contrato de Gestão, como comentado adiante. As obrigações e responsabilidades da Associação são as seguintes: (i) Executar os serviços descritos e caracterizados no Anexo ao Contrato de Gestão - Programa de Trabalho - Prestação de Serviços, cumprindo as metas a serem atingidas, nos prazos previstos. (ii) Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos termos de permissão de uso, até sua restituição ao Poder Público. (iii) Comunicar à Comissão de Avaliação constituída pela Secretaria de Estado da Cultura, todas as aquisições de bens móveis que forem realizadas, no prazo de 30 dias após sua ocorrência. (iv) Entregar ao Estado as doações e legados eventualmente recebidos em decorrência desse Contrato de Gestão, bem como os excedentes financeiros gerados ao longo de sua execução (todas as doações e legados assim como os bens adquiridos, que venham a integrar o acervo, deverão fazer parte do patrimônio do Estado). (v) Contratar, se necessário, pessoal para a execução das atividades previstas neste Contrato de Gestão, responsabilizando-se por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, observando os limites e critérios definidos no Anexo ao Contrato de Gestão - Sistema de Despesa com Pessoal. (vi) Publicar na imprensa diária e no Diário Oficial, no prazo de 90 dias da assinatura do contrato, o regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará nas aquisições de bens e contratações de obras e serviços com recursos provenientes do Poder Público. (vii) A remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados não excederão aos níveis de remuneração praticada na rede privada da cultura, baseando-se em indicadores específicos divulgados por entidades especializadas em pesquisa salarial existentes no mercado. (viii) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para qualificação como organização social. (ix) Manter, em perfeitas condições de uso, os equipamentos e instrumentais necessários para a realização dos serviços contratados. (x) Submeter à aprovação prévia da Secretaria de Estado da Cultura os projetos culturais que impliquem: . o uso de espaços internos dos bens imóveis para empreendimentos diversos, tais como eventos culturais, montagem de restaurantes, lanchonetes, quiosques, livrarias e assemelhados; . o empréstimo de bens móveis do patrimônio artístico, histórico e cultural a organizações nacionais ou internacionais para fins de exibição; . a restauração de obras do acervo artístico, histórico e cultural. (xi) Submeter trimestralmente relatórios parciais de acompanhamento das metas do Contrato de Gestão a Comissão de Avaliação constituída pela Secretaria de Estado da Cultura. (xii) Contratar seguro multirisco para os bens do patrimônio histórico, artístico e cultural em modalidade específica, quando se tratar de projetos culturais que impliquem em empréstimo a organizações nacionais ou internacionais, para exibição em mostras, exposições e outros eventos. Entre as atividades descritas no programa de trabalho - Prestação de Serviços - do Contrato de Gestão, destacam-se: . garantir as condições que permitam o mais amplo acesso público ao museu; . execução dos trabalhos de higienização das obras do acervo expostas, restauro e conservação das obras com necessidades eventuais de intervenção, manutenção dos sistemas expo gráficos, sistemas de segurança e detecção de incêndio, mobiliário e programação visual e substituição das obras solicitadas por outras exposições ou em processo de restauro; . exposições das mais variadas técnicas de expressão e tendências, nas várias salas da Pina-

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31/12 - Em MR\$		
Receitas das atividades	2013	2012
Contrato de gestão		
Recursos de órgão do governo (Nota 20)	22.881	18.481
Ingressos	527	587
Venda da loja, liq. do custo vendas e tribut. (Nota 21)	399	525
Patrocínios não incentivados	478	294
Doações pessoas físicas e jurídicas	31	271
Financeiras, líquidas	388	223
Outras	396	469
	25.100	20.850
Patrocínios de projetos (Nota 14)		
Recursos recebidos	6.534	5.635
Trabalho voluntário e gratuidade (Nota 22)	3.790	2.862
Próprias		
Doações, projetos e outras	28	295
Financeiras, líquidas	50	50
	78	345
Total das receitas das atividades	35.502	29.692
Despesas das atividades		
Com contrato de gestão (Nota 20)	(25.407)	(19.772)
Com projetos (Nota 14)	(6.534)	(5.635)
Trabalho voluntário e gratuidade (Nota 22)	(3.790)	(2.862)
Gerais e administrativas	(25)	(176)
Total das despesas das atividades	(35.756)	(28.445)
Superávit (déficit) do exercício	(254)	1.247

Demonstração dos fluxos de caixa Exerc. findos em 31/12 - Em MR\$		
	2013	2012
Superávit (déficit) do exercício	(254)	1.247
Ajustes		
Receitas financeiras do realizável a longo prazo	(59)	(126)
Depreciação e amortização	1.081	457
Receita de doações de bens e direitos	(1.081)	(457)
Provisão para contingências	51	68
	(262)	1.189

Variações dos ativos e passivos		
Recursos financeiros de projetos	(4.067)	561
Contas a receber	(44)	25
Estoques	112	102
Outros créditos	175	(270)
Despesas antecipadas	(21)	(1)
Aplicações financeiras vinculadas	2.576	(111)
Fornecedores	1.911	(30)
Impostos e contribuições a recolher	13	13
Salários e férias a pagar	226	130
Créditos de projetos a incorrer	3.712	(49)
Recursos do contrato de gestão	(1.221)	358
Doações de bens e direitos a apropriar	590	65
Depósitos judiciais	(1)	(19)
Caixa liq. proveniente das atividades operacionais	3.699	1.516
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(590)	(65)
Caixa líquido aplicado nas ativ. de investimentos	(590)	(65)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.109	1.451
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	3.728	2.277
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.837	3.728

frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do superávit na rubrica "Receitas financeiras" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. (b) **Empréstimos e recebíveis** - Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Associação compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando método da taxa de juros efetiva. (c) **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge** - Durante os exercícios de 2013 e de 2012, a Associação não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de hedge, swap, contratos a termo ou outras modalidades). (d) **Contas a receber** - Estão representadas substancialmente por cartões de crédito e projetos a receber (substancialmente do Governo do Estado de São Paulo - Secretaria da Justiça e Cidadania - FID). (e) **2.8 Estoques e demais ativos circulante e não circulante** - Os estoques, representados substancialmente por livros recebidos em doação, inclusive em anos anteriores, foram valorizados pelo seu valor de venda ou custo, deduzidos, quando aplicável, por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização, tendo como contrapartida rubrica específica no superávit do exercício. Os demais ativos estão demonstrados ao valor de custo ou de realização. (f) **2.9 Imobilizado** - Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, deduzido do valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, substancialmente, o prazo do contrato de gestão (até cinco anos), não considerando o valor residual dos bens, uma vez que ao término do contrato de gestão, caso não ocorra sua renovação, os bens adquiridos com recursos do contrato e dos projetos serão revertidos ao Estado, sem direito a indenização. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se ele for maior que seu valor recuperável estimado. (g) **2.10 Intangível** - Está representado por licenças de softwares adquiridas que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo do softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados tendo como base o prazo do contrato de gestão (até cinco anos). (h) **2.11 Provisão para perdas do valor recuperável (impairment) em ativos não financeiros, exceto estoques** - Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. (i) **2.12 Fornecedores** - As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. (j) **2.13 Créditos de projetos a incorrer** - Estão representados pelos valores recebidos a título de patrocínio para execução dos projetos incentivados pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e aprovados pelo Ministério da Cultura, conforme determinação da Lei no 8.313/91, que criou o referido programa, pelo Programa de Ação Cultural (PROAC) aprovado pela Secretaria de Estado da Cultura, e Recursos recebidos pelo Fundo de Interesses Difusos (FID), da Secretaria de Justiça do Governo do Estado de São Paulo e pelo convênio com o Ministério da Justiça para a realização do projeto "Lugares da Memória" do Memorial da Resistência. Os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada nos projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação. (k) **2.14 Recursos do contrato de gestão** - Estão representados pelos valores recebidos para aplicação em gastos emergenciais ou outros previstos no contrato de gestão e que ainda não foram utilizados. (l) **2.15 Provisões** - As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. (m) **2.16 Demais passivos circulantes** - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos. (n) **2.17 Doações de bens e direitos a apropriar** - Os bens recebidos (imobilizado e intangível) em doação ou aqueles adquiridos com recursos oriundos de projetos incentivados (Lei Rouanet) ou do contrato de gestão são contabilizados observando o disposto na NBC TG 07 - "Subvenção e Assistência Governamentais". Segundo

continua →

→ continuação

a referida norma, a receita de doação relacionada a ativo depreciável deve ser reconhecida ao longo do período da vida útil do bem ou direito e na mesma proporção de sua depreciação, sendo reconhecida a crédito da depreciação registrada como despesa no resultado. **2.18 Patrimônio líquido**- Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício. **2.19 Apuração do superávit (déficit)**- Os recursos provenientes do Contrato de Gestão, quando utilizados, são reconhecidos mensalmente como receita durante o exercício. Os recursos provenientes de patrocínios de lei de incentivos fiscais são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada nos projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrente de sua aplicação. As receitas de doações, de patrocínios não incentivados e contribuições associativas, são reconhecidas por ocasião do seu efetivo recebimento. As doações de bens e direitos estão comentadas na Nota 2.17. A receita de venda da loja, decorrente substancialmente da venda de livros e publicações, e dos ingressos, são reconhecidas mensalmente pelo valor faturado, sendo as mesmas realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito. A Associação obedece rigorosamente à legislação fiscal vigente, que determina que as entidades sem finalidade de lucros estão impedidas de remunerar seus administradores; entretanto, conforme requerido pela ITG 2002, o valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos Conselhos de Administração e Fiscal foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos Conselheiros, respectivamente (despesa e receita no mesmo montante). A receita de gratuidade está representada substancialmente pela concessão de ingressos a alunos de escolas públicas, valorizada pelo mesmo montante que seria cobrado de terceiros e sendo contabilizada como se tivesse ocorrido o seu recebimento e uma doação pelos alunos ou escolas (receita e despesa no mesmo montante). As despesas com o contrato de gestão e com projetos, assim como as demais despesas e receitas são contabilizadas observando o regime de competência de exercícios. **2.20 Benefícios a empregados**- A Associação não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes pós sua saída. Adicionalmente, também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações. **3 Estimativas e julgamentos contábeis** - As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. A estimativa e premissa que apresenta um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos corresponde à constituição da provisão para ajuste ao valor de realização dos estoques, os quais estão representados, substancialmente, por livros e publicações adquiridos ou editados por ocasião da realização de exposições decorrentes dos projetos incentivados, sendo a quantidade remanescente doada para a Associação, que os coloca à venda na sua loja, por preços inferiores aos correspondentes custos de doação ou de edição (a provisão constituída corresponde aproximadamente 95% dos custos de doação ou de edição), assim como para contingências. **4 Caixa e equivalentes de caixa** -

	2013	2012
Caixa	6	21
Bancos conta movimento		
Contrato de gestão	3.643	
Recursos próprios e fundo especial	6	2
	3.655	23
Aplicações financeiras- contrato de gestão Banco do Brasil S.A.		
Fundo de investimento DILP VIP	106	3.282
Fundo de renda fixa- RF LP VIP (Notas 9 e 15)	2.078	
Poupança (Notas 9 e 15)	238	
Banco Santander S.A.		
Fundo de investimento Classic DI	716	381
Fundo de investimento FIC	44	42
	3.182	3.705
	6.837	3.728

Em 2013, as aplicações em fundos de investimento tiveram remuneração aproximada de 0,6% ao mês. Em atendimento às normas do Governo Estadual, as aplicações financeiras são realizadas substancialmente em bancos estatais. **5 Recursos financeiros de projetos** -

	2013	2012
Bancos conta-movimento		
Plano anual 2012		505
Plano anual 2013 (*)	1.863	2.544
Plano anual 2014	4.115	
PROAC 2013	218	
Fundo Patronos	8	
Outros		1
	6.204	3.050
Aplicações financeiras		
Plano anual de 2012		3.070
Plano anual de 2013 (*)	3.542	
PROAC	72	111
NELD	67	54
Fundos Patronos	786	51
Lugares da memória		268
	4.467	3.554
	10.671	6.604

(*) Projeto já encerrado, estando em fase de prestação de contas. Em 2013, as aplicações em fundos de investimento, realizadas no Banco do Brasil, tiveram remuneração média equivalente a 0,6% ao mês. **6 Instrumentos financeiros** -

	2013	2012
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	3.182	3.705
Contas a receber	340	296
Outros créditos	199	370
Aplicação financeira vinculada	934	3.257
	4.655	7.628
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	2.499	588
Recursos do contrato de gestão	3.167	1.008
Retenções do contrato de gestão	1.231	
	5.666	2.827
	2013	2012

7 Contas a receber -

Cartão de crédito- venda da loja	14	24
Projeto- NELD	271	271
Outras	55	1
	340	296
	2013	2012

Saldos conforme registros auxiliares

Provisão para perda e ajuste ao valor de realização	(748)	(1.826)
	89	201
	2013	2012

9 Aplicações financeiras vinculadas -

Banco do Brasil S.A.		
Fundo de Renda Fixa- RF LP 500 mil (a)		1.004
Poupança (b)		227
Fundo de Renda Fixa- RF LP VIP Estilo (c)		1.155
Banco Santander- Fundo Classic DI (d)	934	771
Banco Santander- CDB (d)		100
	934	3.257
	2013	2012

	Reser. de Reser. p/ even- Fundo es- reser. (a) contingênc. (b) tos futuro (c) pecial (d)
Em 31/12/2011	954 216 1.079 777
Aplicação realiz.	962
Rend. auferidos	50 11 76 50
Transf. p/ Plano Anual 2012	
Resgates (962)	(969)
Em 31/12/2012	1.004 227 1.155 871
Aplicação realiz.	
Rend. auferidos	60 11 123 59
Resgates (1.064)	(96)
Transferência p/ o circul. (Nota 4)	(238)
Em 31/12/2013	934 216 1.079 777

Até 2012, as aplicações decorrentes do Fundo de Reserva e Reserva de Contingências foram realizadas em atendimento aos requerimentos do contrato de gestão. Em novembro de 2013, a Associação obteve autorização da Secretaria de Estado da Cultura- SEC (Ofício UPPM 501/2013) para utilização dos recursos financeiros decorrentes do Fundo de Reserva para custeio das operações e realização de investimentos, tendo por finalidade o aprimoramento do museu e melhor qualificação dos serviços prestados à

sociedade. Em dezembro de 2013, por ocasião da renovação do contrato de gestão, os recursos financeiros decorrentes das Reservas de Contingências e para Eventos Futuros, nos montantes de R\$ 238 e R\$ 2.078 respectivamente, foram considerados pela SEC como antecipação do montante a ser transferido em 2014 para custeio das operações e realização de investimentos. A rentabilidade anual média das referidas aplicações foi de 7,5%, com exceção da aplicação feita em poupança. **10 Outros créditos**

	2013	2012
Adiantamentos a fornecedores	23	133
Antecipação de férias e empréstimos a funcionários	103	77
Valores a receber de projetos	70	145
Outras contas a receber	3	19
Obras de arte	1.850	759
Provisão para doações	(1.850)	(759)
	199	374

Realizável a longo prazo- empréstimos a funcionários

	(4)
Ativo circulante	199
370	

Em 2013, foram adquiridas 26 obras de arte de 15 artistas diferentes, no montante de R\$ 1.975, sendo R\$ 1.941 adquiridas com recursos do Contrato de Gestão e R\$ 34 com recursos do Fundo Patronos. Parte das obras já teve o processo de doação iniciado junto à SEC e o montante de R\$ 1.850 refere-se às obras adquiridas pela Associação e que aguardam a aceitação do processo da doação pela Secretaria de Estado da Cultura (SEC) para a efetivação da baixa. Em 2012, foram adquiridas 16 obras de 16 artistas, no montante total de R\$ 1.143, sendo R\$ 518 adquiridas com recursos do Contrato de Gestão, R\$ 103 com recursos da Associação, R\$ 442 com recursos do Fundo Patronos e R\$ 80 com recursos do Plano Anual- Lei Rouanet, já doadas à Pinacoteca do Estado de São Paulo. **11 Imobilizado** -

	2013	2012	
Custo	Deprec. acumul.	Liq.	
Móveis e utensílios	289	(289)	143
Máquinas e equipamentos	432	(432)	29
Equipamentos de informática	76	(76)	13
Equipamentos fotográficos	26	(26)	
	823	(823)	185
Planos anuais, projetos e adm.			
Móveis e utensílios	900	(899)	1
Máquinas e equipamentos	290	(290)	54
Instalações	36	(36)	13
Equipamentos de informática	601	(601)	50
Equipamentos fotográficos	26	(26)	5
	1.853	(1.852)	1
	2.676	(2.675)	1

A moviment. do imob. pode ser assim demonstrada:

	2013	2012
No início do exercício	471	845
Aquisição de bens com recursos do contrato de gestão	579	9
Doações recebidas		54
Depreciação	(1.049)	(437)
No final do exercício	1	471

A composição das aquisições e doações recebidas pode ser assim demons-

	2011	2012	2013	2014	NELD	Outros	Tota
Em 31 de dezembro de 2011	3.395	3.290			259	321	7.265
Recursos recebidos ou a receber		1.568	2.544			748	4.860
Recursos transferidos do Fundo Especial		67					67
Receitas financeiras e outras		77	165		4	34	280
Gastos incorridos na execução do projeto		(357)	(4.493)		(3)	(260)	(5.113)
Compra de obras de arte		(80)				(442)	(522)
Compra de bens móveis e intangível		(9)	(126)				(135)
Recursos transferidos para novo plano anual		(3.026)	3.026				
		3.497	2.544		260	401	6.702
Em 31 de dezembro de 2012							
Recursos recebidos ou a receber		5.093	4.115		9	1.441	10.658
Receitas financeiras e outras		26	196		3	35	260
Gastos incorridos na execução do projeto		(73)	(5.822)			(605)	(6.500)
Compra de obras de arte						(34)	(34)
Compra de bens móveis e intangível			(25)				(402)
Recursos transferidos para novo plano anual e outros			(3.425)			(29)	(29)
Recursos devolvidos						(241)	(241)
			5.059	4.115	272	968	10.414

Composição do saldo em 31 de dezembro -

	2013	2012
Caixa e bancos (Nota 5)	6.204	3.050
Aplicações financeiras (Nota 5)	4.467	3.554
Contas a receber (Nota 7)	271	271
Outros créditos	26	25
Fornecedores	(531)	(186)
Outras contas a pagar	(23)	(12)
	10.414	6.702

A composição dos principais gastos incorridos nos projetos pode ser assim demonstrada:

	2013			2012		
	Plano anual	Outros	Total	Plano anual	Outros	Total
Produção, curadoria, coord. técnica e outros	5.242	586	5.828	3.907	598	4.505
Divulgação	57	4	61	39	2	41
Contratos- serviços de terceiros	351	74	425	196	13	209
Material de consumo	28	7	35	17	7	24
Outros	144	7	151	334	334	668
	5.822	678	6.500	4.493	620	5.113

A composição dos bens móveis e intangível adquiridos com recursos dos projetos pode ser assim demonstrada:

	2013	2012
Móveis e utensílios	513	338
Máquinas e equipamentos	170	145
Equipamentos de informática	338	172
Softwares	91	54
Outros	9	10
	1.121	719
Depreciação e amortização	(946)	(357)
Baixa por obsolescência ou desuso	(175)	
	362	

Os bens móveis e intangíveis adquiridos com recursos dos Planos Anuais serão, ao final do projeto, revertidos para o patrimônio da Associação, consoante disposição da Instrução Normativa no 1, de 9 de fevereiro de 2012, do Ministério da Cultura. A Associação captou recursos para execução de projetos da Pinacoteca do Estado desde a aprovação da Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, popularmente conhecida como Lei Rouanet. Desde então, para todos os projetos em que houve captação de recursos, as prestações de contas foram enviadas, mas somente para alguns poucos projetos foram obtidas as correspondentes aprovações por parte do Ministério da Cultura. Em 25 de maio de 2011, por recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), iniciou a composição de um Grupo de Trabalho Institucional, envolvendo recursos humanos e materiais dos Ministérios da Cultura e do Planejamento, com prazo de 24 meses, a partir do efetivo início dos trabalhos, para elaborar um plano abrangente, visando à extinção do passivo de prestação de contas sem análise financeira, assim como evitar a formação de um novo passivo. Em decorrência da análise do grupo de trabalho formado, a Associação recebeu, durante o ano de 2013, solicitações por parte do Ministério da Cultura para envio de informações e documentos relacionados a diversos projetos que continuam em análise por parte do Ministério da Cultura e ainda sem aprovação. **15 Recursos do contrato de gestão** - Conforme mencionado na Nota 1, o novo contrato de gestão firmado em dezembro de 2013, estabeleceu, dentre outros, que o saldo financeiro remanescente do contrato de gestão anterior, no montante, inicialmente estimado, de R\$ 3.002, será destinado para o custeio das atividades do ano de 2014. Por ocasião do encerramento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, foi apurado o montante final o qual totalizou R\$ 3.167, representado por: (a) R\$ 238 decorrente da Reserva para contingências; (b) R\$ 851 decorrente do saldo remanescente do Fundo de reserva, para o qual foi obtida autorização da Secretaria de Estado da Cultura para sua utilização; e (c) R\$ 2.078 representado pela contribuição da Associação com recursos decorrentes da Reserva para eventos futuros (R\$ 1.955 acrescido do rendimento auferido com sua aplicação financeira de R\$ 123). Em 2012, o saldo apresentado no passivo circulante, no montante de R\$ 1.008, refere-se a valor recebido em 2012 para ações que foram realizadas em 2013, quais sejam: (a) readequação ao espaço destinado à

	2013	2012
trada:		
Móveis e utensílios	164	2
Máquinas e equipamentos	361	54
Equipamentos de informática	30	4
Equipamentos fotográficos	24	3
	579	63
12 Impostos e contribuições a recolher	2013	2012
PIS e COFINS a recolher	12	25
IRRF a recolher	64	90
ISSQN a recolher	8	8
INSS a recolher	242	196
FGTS a recolher	71	64
ICMS a recolher	1	2
	398	385
13 Salários e férias a pagar	2013	2012
Salários a pagar	438	400
Provisão para férias e encargos	1.043	855
	1.481	1.255

	2013			2012		
	Bens	Bens		Bens	Bens	
	Créd. móveis e proj.	Créd. móveis e intang.	Liq.	Créd. móveis e proj.	Créd. móveis e intang.	Liq.
Plano anual 2012			3.777	(280)		3.497
Plano anual 2013	5.059	5.059	2.544			2.544
Plano anual 2014	4.115	4.115				
Fundo Patronos	792	792	51			51
Lugares da Memória			268			268
NELD	272	272	342	(82)		260
PROAC	176	176	82			82
	10.414	10.414	7.064	(362)	6.702	

Os Planos Anuais estão representados por valores recebidos a título de patrocínio para execução dos projetos incentivados pelo PRONAC. O Fundo dos Patronos está representado por cotas pagas por pessoas que apoiam a aquisição de obras de arte contemporânea para incorporação ao acervo da Pinacoteca. Os Projetos Lugares da Memória e NELD são representados por valores recebidos por convênios assinados com o Ministério da Justiça e Secretaria de Estado da Justiça, respectivamente. O PROAC está representado por valores recebidos a título de patrocínio para execução de projetos incentivados pelo Programa de Ação Cultural (PROAC). Os recursos aplicados estão apresentados na demonstração do resultado como receitas das atividades na rubrica "Patrocínio de projetos", assim como os custos incorridos, pelo mesmo montante, estão apresentados em despesas das atividades na rubrica "Despesas com projetos". Nos termos do artigo 68, § único da Instrução Normativa no 01/2012, de 9/02/2012, do Ministério da Cultura, os saldos não utilizados de planos anuais poderão ser transferidos para outros planos anuais aprovados pelo Ministério da Cultura, desde que o projeto anterior seja encerrado e acolhidas as justificativas apresentadas para a transferência de saldo. A movimentação dos projetos pode ser assim demonstrada:

	Planos anuais						
	2011	2012	2013	2014	NELD	Outros	Tota
	3.395	3.290			259	321	7.265
Recursos recebidos ou a receber		1.568	2.544			748	4.860
Recursos transferidos do Fundo Especial		67					67
Receitas financeiras e outras		77	165		4	34	280
Gastos incorridos na execução do projeto		(357)	(4.493)		(3)	(260)	(5.113)
Compra de obras de arte		(80)					

→ **continuação**

financeiros decorrentes do Fundo de reserva para custeio das operações e realização de investimentos (Nota 9). **19 Patrimônio líquido** - O patrimônio social é composto, substancialmente, pelos superávits (déficits) apurados anualmente. Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra Organização Social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo na mesma área de atuação, escolhida pela Assembleia Geral e ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar no 846/98 e no Decreto Estadual no 43.493/98. **(a) Fundo Especial** Em 2007, a administração decidiu constituir o Fundo Especial, mediante apropriação de parcela do superávit acumulado, gerado pelos recursos próprios da Associação, para fazer face a eventuais prejuízos ou despesas futuros não recorrentes, inesperáveis ou momentâneos, devendo sua movimentação financeira ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração. **(b) Reserva para eventos futuros** Constituída mediante apropriação de parcela do superávit acumulado, para fazer face a eventuais pagamentos de caráter emergencial ou inesperável, devendo sua movimentação financeira ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração. Por decisão da administração, e nos termos das negociações realizadas com a SEC no processo de renovação do contrato de gestão ocorrida em dezembro de 2013, a referida reserva e correspondentes recursos financeiros foram transferidos para recursos do contrato de gestão, como antecipação de parcela do montante a ser recebido em 2014 para custeio das operações e realização dos investimentos.

	2013	2012
Receita consoante Contrato de Gestão e seus aditivos		
Oitavo Termo de Aditamento		18.850
Nono Termo de Aditamento	22.250	18.850
Receita a apropriar (Nota 15)	(851)	(1.008)
Receita apropriada	1.008	650
Recurso do Fundo de reserva (Nota 9)	1.064	
Recursos utilizados na compra de bens e intangível	(590)	(11)
	22.881	18.481

Despesas e gastos com contrato de gestão		
Pré-produção e preparação	(666)	(337)
Produção e execução	(718)	(673)
Divulgação e comercialização	(57)	(41)
Com pessoal	(13.279)	(11.033)
Contratos	(5.165)	(4.284)
Material de consumo	(1.238)	(753)
Utilidade pública	(1.343)	(1.561)
Doações de obras (*)	(1.969)	(518)
Doações- outras	(70)	
Depreciação e amortização	(779)	(191)
Realização de doações de bens e direitos	779	191
Outras despesas	(820)	(552)
Tributárias	(82)	(20)
	(25.407)	(19.772)

(*) 2013- Incorpora R\$ 28 de obras recebidas em doação. **21 Receita de venda da loja, líquida do custo das vendas e tributos -**

	2013	2012
Receita bruta de vendas	648	997
Custo das vendas	(223)	(412)
Impostos incidentes sobre a venda	(26)	(60)
	399	525

	2013	2012
22 Trabalho voluntário e gratuidade -	2013	2012
Trabalho voluntário	1.431	577
Gratuidade	2.359	2.285
	3.790	2.862

23 Aspectos fiscais - Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à

disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso o presente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas as demais condições legais. A Associação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei no 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Associação. A Associação tem isenção do imposto de renda e contribuição social sobre o superávit em conformidade com o artigo 15 da Lei no 9.532/97. Adicionalmente, durante o exercício de 2013 e de 2012, para atender às orientações da norma ITG 2002, a administração da Associação avaliou a mensuração e divulgação de valores da renúncia fiscal que a isenção de imposto de renda e contribuição social propiciam à Associação, concluindo este tema como impraticável. Embora o conceito de superávit ou déficit dos exercícios possa se aproximar ao conceito de resultado do exercício (lucro ou prejuízo), tais definições não são idênticas, sendo que a aplicação das alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado dos exercícios não seria uma maneira adequada de endereçar o assunto. Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacamos o seguinte: (a) Programa de Integração Social (PIS)- contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos e (b) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)- pagamento integral das contribuições devidas. Quanto à Contribuição para Financiamento da Seguridade (COFINS), a Medida Provisória (MP) no 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas dessa contribuição as receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei no 9.532/97; todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as contribuições, doações e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores ou recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e manutenção da instituição e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional, estando, no seu entendimento, sujeito à COFINS as receitas decorrentes de vendas, locação de espaços, bilheteria e outras. A administração da Associação entende que todas as receitas auferidas decorrem de suas atividades próprias, não estando sujeitas à incidência da referida contribuição, posição essa confirmada por seus assessores jurídicos, que indicam em resposta a consulta formulada que, em princípio, a Associação estaria sujeita ao recolhimento da COFINS, mas que no seu entendimento a "atividade própria" é toda e qualquer atividade cuja receita viabilize, no todo ou em parte, a manutenção e a realização dos objetivos sociais da entidade. Em maio de 2008, os advogados da Pinacoteca intentaram Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária solicitando que seja declarada a imunidade da Associação, ou, subsidiariamente, que seja declarada a isenção com relação ao recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas decorrentes de suas atividades (estatutariamente previstas), a saber: (a) a bilheteria; (b) a cessão de espaço para eventos que objetivem a difusão da cultura e da educação; (c) a cessão de espaço para café e afins; e (d) a venda de produtos relacionados com o escopo do museu, ainda pendente de apreciação. Com relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), a administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que as receitas de bilheteria, cursos e palestras, estão imunes do ISSQN, imunidade essa que poderá ser obtida mediante requerimento formulado junto ao órgão da administração municipal. Adicionalmente, os assessores jurídicos indicam que em função da imunidade tributária conferida pelo artigo 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição Federal, fica afastada, de qualquer maneira, a incidência do ISSQN sobre as atividades desempenhadas pela Associação. Em outubro de 2008, foi apresentado o pedido de reconhecimento da imunidade tributária junto a Prefeitura do

Município de São Paulo. Em agosto de 2013, a Associação foi notificada a apresentar documentação comprobatória para consubstanciar o pedido de imunidade formulado, a qual foi apresentada no prazo estipulado, estando atualmente aguardando a apreciação e resposta por parte da PMSF. Em 2012, a Associação contratou, em conjunto com outras OSs da Cultura, o escritório Barros Carvalho, do Dr. Paulo de Barros Carvalho, Professor Emérito da PUC-SP e USP para emissão de um parecer, entregue em 15 de agosto de 2012, como mais um subsídio e embasamento ao pleiteado pela Associação junto às esferas municipal e federal. Em decorrência dos assuntos comentados acima, nenhuma provisão foi constituída para fazer face a eventual pagamento futuro desses tributos. Em 26 de novembro de 2010, a Associação ingressou com pedido para atualização do Certificado de Reconhecimento de Instituição Cultural, junto à Secretaria de Estado da Cultura, para a obtenção de isenção do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos (ITCMD), junto à Secretaria da Fazenda do Estado. O Certificado de Reconhecimento de Instituição Cultural foi publicado no DOE em 28 de dezembro de 2010 e a solicitação de isenção do ITCMD foi protocolada na Secretaria da Fazenda em 18 de fevereiro de 2011, sendo obtida a Declaração de Isenção do ITCMD em 27 de junho de 2012, com validade para o período de 27 de junho de 2012 a 26 de junho de 2013 e renovada em 17 de junho de 2013, para o período de 27 de junho de 2013 até 26 de junho de 2014. As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive aqueles decorrentes da contratação de prestadores de serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais. **24 Seguros** - A Associação mantém contratos de seguros de riscos diversos e de responsabilidade civil, com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência de 5 de junho de 2013 a 5 de junho de 2014. As coberturas de seguros contratadas (locais- Praça da Luz, Rua General Osório e Rua Pedro Arbues) têm os seguintes limites: (a) incêndio, raio, explosão de qualquer natureza e incêndio resultante de tumultos- R\$ 48.000; (b) vendaval e fumaça, com impacto de veículos terrestres e aéreos- R\$ 1.200; (c) tumultos- R\$ 220 (d) danos elétricos- R\$ 60; (e) equipamentos móveis- R\$ 42; (f) equipamentos eletrônicos- R\$ 42; (g) roubo, furto qualificado de bens nas dependências do segurado- R\$ 42; (h) roubo de valores nas dependências do segurado- R\$ 15; (i) roubo ou furto qualificado de valores em trânsito fora do estabelecimento- R\$ 7. Adicionalmente, também mantém seguro de responsabilidade civil e danos morais, com cobertura contratada de R\$ 2.000 e R\$ 400, respectivamente. Não são contratados seguros para os bens e acervo da Pinacoteca cedidos no contrato de gestão. Com relação às obras de arte recebidas ou enviadas para exposições são contratados seguros específicos. Adicionalmente, foi contratado seguro fiança relativo ao aluguel do galpão situado à rua Pedro Arbues, 115, com vigência de 1º de novembro de 2013 a 1º de novembro de 2014, com valor de R\$ 5.687,41 ao mês e danos ao imóvel de 20% da indenização.

Conselho de Administração

Nilo Marcos Mingroni Cecco-Presidente **Julio Landmann**-Vice-Pres.

Conselheiros

Ana Carmen Rivaben Longobardi Maria Luisa de Souza Aranha
 Carlos Wendel de Magalhães Melaragno
 Denise Aguiar Alvarez Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari
 Isaac Aarão Pereira da Silva – Pedro Paulo Filgueiras Barbosa
 representante dos funcionários Sérgio Fingermann
 José Olympio Pereira Tais Gasparian

Conselho Fiscal

Oswaldo Roberto Nieto - Presidente
Manoel Andrade Rebello Neto - Silvio Barbosa Bentes - Conselheiros

Contador

Paulo Schiesari Filho - CRC 1SP140.342/O-8

responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados

nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Associação. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas atividades e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 29 de janeiro de 2014
Mauro Sérgio Alves Teixeira
 Contador CRC 1SP149262/O-6

“ASSOCIAÇÃO PINACOTECA ARTE E CULTURA – Organização Social de Cultura

C.N.P.J. 96.290.846/0001-82

Entidade Pública Gerenciada: Pinacoteca do Estado de São Paulo (Pinacoteca Luz, Estação Pinacoteca e Memorial da Resistência de São Paulo)

Contratante: Secretaria de Estado da Cultura

Relatório de Execução do Contrato de Gestão Nº 35/2008 - Exercício 2013

Indicadores	Meta	Total	% Real	satisfação para os encontros de capacitação	2-1º / 4-2º / 2-3º	10	125%
Programa de Acervos				Programa Apoio SISEM			
1. Realizar pesquisa de origem do acervo	100 objetos por trimestre	405	101%	30. Realizar visitas técnicas Pina e Memorial	4-2º T / 4-3º T	8	100%
2. Alimentar o Banco de Dados CEDOC	150 inserções por trimestre	1.597	266%	*31. Realizar publicação do encontro Paulista de Museus"	1 publicação 4º T	1	100%
3. Realizar pesquisa sobre o acervo	1-2º trim. e 1-4º trim.	2	100%	*32. Elaborar relatório das atividades educativas em Botucatu"	1-2º trim. / 1-4º trim.	2	100%
4. Atender pesquisadores na Biblioteca	300 pesquisadores por trimestre	1.346	112%	*33. Realizar transmissão de workshops Fórum Permanente de Museus"	1 por trimestre	4	100%
5. Atender pesquisadores no CEDOC	55 pesquisadores por trimestre	298	135%	34. Realizar ações de articulação às Redes Temáticas	1 ação 4º trimestre	1	100%
6. Realizar Plano Museológico Pinacoteca	entrega plano-4º trim.	1	100%	Programa Memorial da Resistência de São Paulo			
7. Submeter projetos de pesquisa a editais	1 projeto 4º trimestre	1	100%	35. Receber visitantes	60.000 (10.000-1º / 17.000-2º / 17.000-3º / 16.000-4º)	72.811	121%
*8. Estabelecer parcerias para pesquisa sobre o acervo"	1 parceria 4º trimestre	1	100%	36. Receber visitantes virtuais no site	60.000 (10.000-1º / 17.000-2º / 17.000-3º / 16.000-4º)	155.104	259%
9. Dar continuidade a aquisição de obras de arte	lista das obras 2º e 4º T	2	100%	37. Realizar exposições temporárias	1-1º T / 1-3º T / 1-4º T	3	100%
Programa de Exposições e Programação Cultural				38. Realizar Sábados Residentes	15 (3-1º / 4-2º / 4-3º / 4-4º)	17	113%
10. Realizar exposição temporária com acervo	1-2º trim. / 1-4º trim.	4	200%	39. Realizar Lugares da Memória	40 (8-1º / 12-2º / 12-3º / 8-4º)	40	100%
11. Realizar curso de história da arte	1-2º trim. / 1-4º trim.	2	100%	40. Realizar Coleta Regular de Testemunhos	25 (4-1º / 7-2º / 7-3º / 7-4º)	26	104%
12. Organizar CIDOC 2013	3º trimestre	1	100%	*41. Realizar estudo de readequação da exposição de longa duração"	1 entrega no 4º trimestre	1	100%
13. Receber público no curso de H.A. e CIDOC	80-2º T / 125-3º T / 80 -4º T	300	105%	*42. Propiciar visitas mediadas para estudantes de ensino público e privado"	14.000 (1.000-1º / 5.500-2º / 5.000-3º / 2.500-4º)	19.058	136%
*14. Realizar programas temáticos (25 de janeiro/ virada cultural/ semana de museus e mês da consciência negra)"	1-1º T / 2-2º T / 1-4º T	4	100%	*43. Propiciar visitas mediadas para publico diversificado "	6.000 (1.000-1º / 2.000-2º / 1.500-3º / 1.500-4º)	6.504	108%
15. Realizar curso de História da Arte férias	1-3º T	1	100%	44. Elaborar relatório de pesquisa de perfil e de satisfação do público em geral	1-2º T / 1-4º T	3	150%
16. Elaborar pesquisa de perfil e satisfação	1-2º trim. / 1-4º trim.	2	100%	45. Monitorar índices de satisfação do público	>=80% 2º T e 4º T	90%	100%
17. Elaborar pesquisa de perfil e satisfação cursos	1-2º T / 2-3º T / 1-4º T	4	100%	46. Monitorar os índices de satisfação do público com instalações e serviços prestados pelo museu	>=80% 2º T e 4º T	86%	100%
18. Monitorar índice de satisfação nas mostras	>=80%-2º e 4º T	90%	100%	Programa de Comunicação			
*19. Monitorar índice de satisfação com instalação serviços"	>=80%-2º e 4º T	86%	100%	47. Produzir convites eletrônicos para envio de mailing list	2-2º T / 1-3º T / 2-4º T	23	460%
20. Receber visit. Pinacoteca Luz	375.000 (68.600-1º T/108.000 2º e 3º T / 90.400 4º T)	353.493	94%	48. Produzir news letter para envio ao mailing list	3 por trimestre	44	367%
21. Receber visit. na Estação Pinacoteca	50.000 (9.375-1º T/15.625 2º e 3º T / 9.375 4º T)	48.704	97%	Programa de Gestão Administrativa			
22. Receber visitantes virtuais no site Pinacoteca	150.000 visitantes por trimestre	843.424	141%	49. Atualizar a relação de documentos	1 documento-4º T	1	100%
Programa de Serviços Educativos e Projetos Especiais				50. Elaborar relação de documentos p/ eliminação	1 lista-1º T	1	100%
*23. Propiciar visitas mediadas para ensino público e privado na longa duração e octógono"	25.000 (1.500-1º / 12.500-2º / 8.500-3º T / 2.500-4º)	32.341	129%	51. Realizar a ordenação e o registro das séries	1 relatório-4º T	1	100%
24. Propiciar visitas mediadas para público diversificado	7.500 (1.000-1º/ 2.500-2º / 2.500-3º / 1.500-4º)	11.697	156%	52. Captar recursos operacionais-8º	1.780.000	1.483.043	83%
25. Propiciar visitas mediadas na Estação	6.300 (300-1º / 3.000-2º / 1.700-3º / 1.300-4º)	9.574	152%	53. Captar recursos via patrocínio-9º	2.002.500	7.372.621	368%
26. Realizar atendimento PISC	1.200 (150-1º / 400-2º / 450-3º / 200-4º)	2.540	212%	54. Submeter Plano Anual de Trabalho p/ captação	1-3º trimestre	1	100%
27. Realizar atendimento PEPE	500 (80-1º / 250-2º / 130-3º / 40-4º)	1.645	329%				
28. Realizar encontros para educadores	2-1º / 4-2º / 2-3º	10	125%				
29. Elaborar pesquisa de perfil e							

FUSAM - Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava
 CNPJ nº 50.453.703/0001-43
Ratifico
 A FUSAM - Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava, em face à regularidade de todo o processado, considerando ainda a decisão da Presidência, **Ratifico** a contratação do **Processo nº 043/2014, Dispensa nº 030/2014**, Objeto: Aquisição de Medicamentos com a empresa: **Servimed Comercial Ltda.** no valor global de R\$ 1.494,00 com fulcro no artigo 24, inciso V da Lei 8666/93.
 Caçapava/SP, de 28/01/2014
Amaury Silva - Presidente da FUSAM.

BANCO SAFRA S.A.
 CNPJ/MF nº 58.160.789/0001-28 - NIRE 35.300.010.990
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
 Ficam convocados os Senhores Acionistas do Banco Safra S/A ("So-
 ciedade") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 07 de fevereiro de 2014, às 15 horas, na sede social da Sociedade localizada na Avenida Paulista, nº 2.100, Cerqueira César, São Paulo - SP, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **1)** rerratificar a redação dos artigos 4º, 14 "caput" e 15 "caput" do Estatuto Social, alterado e consolidado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2013; e **2)** consolidar o Estatuto Social. São Paulo, 27 de janeiro de 2014. **Conselho de Administração** (30,31,01)

FUSAM - Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava
 CNPJ nº 50.453.703/0001-43
Editai de Licitação
 Levamos ao conhecimento dos interessados que se encontram abertas as seguintes modalidades: **Processo nº 047/2014 - Pregão Presencial nº 010/2014** - Objeto Aquisição de Material para Tapeçaria - Abertura dos Envelopes: 18/02/2014 às 09 horas; **Processo nº 046/2014 - Pregão Presencial nº 009/2014** - Objeto Aquisição de Material de Limpeza - Abertura dos Envelopes: 19/02/2014 às 09 horas. Edital completo está disponível no site www.fusam.com.br.
 Caçapava, 31 de janeiro de 2014.
Amaury Silva - Presidente da Fusam.